

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, *LATO SENSU* EM PROCESSOS PEDAGÓGICOS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA- CAMPUS DE ERECHIM

NEIVA MARIA BUCHKOSKI

PROVINHA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DOS SEGUNDOS ANOS
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ERECHIM/RS

Erechim, RS, julho. 2013

NEIVA MARIA BUCHKOSKI

PROVINHA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DOS SEGUNDOS ANOS
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ERECHIM/RS

Monografia apresentada à UFFS, *Campus* Erechim, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Processos Pedagógicos na Educação Básica, sob a orientação da Professora Me. Zoraia Aguiar Bittencourt.

Erechim, RS, julho. 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, que iluminou o meu caminho em mais uma etapa de minha vida, me dando força e coragem para continuar sempre vencendo os obstáculos que surgiram.

À família, que sempre está ao meu lado me apoiando e me ajudando em todos os momentos de minha vida. Em especial aos meus pais, que sempre foram meus espelhos e sempre acreditaram em meu potencial.

A Professora Mestre Zoraia Aguiar Bittencourt, minha orientadora, pela paciência, ajuda, dedicação para que eu pudesse realizar esse trabalho.

A todos os docentes que nos ministraram as aulas nesse período de especialização.

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu realizasse essa monografia, mais um objetivo alcançado.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade investigar o impacto da aplicação da Provinha Brasil nos currículos dos segundos anos do Ensino Fundamental. Essa avaliação tem como objetivo especificado pelo Ministério da Educação (MEC) diagnosticar a aprendizagem dos estudantes que se encontram neste nível de escolarização. Na realização da pesquisa, nos deparamos com objetivos implícitos existentes na avaliação, tais como a padronização do ensino e a criação de currículo nacional. A partir da constatação desses aspectos, a proposta desse estudo é analisar o que um grupo de professores do segundo ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais de Erechim/RS afirma sobre as mudanças que a aplicação da Provinha Brasil está causando no currículo das escolas e em suas práticas diárias. O objetivo é analisar as influências que a Provinha Brasil tem nos currículos das turmas dos segundos anos do Ensino Fundamental das escolas estaduais de Erechim/RS. Os resultados da pesquisa apontaram que realmente existe uma mudança na seleção de conteúdos a serem trabalhados no segundo ano, para que, assim, possam atingir melhores notas na realização da avaliação. Os professores demonstram ter consciência que a aplicação da avaliação está causando mudanças no ensino de forma positiva. Em nenhum momento apresentam preocupação com as consequências da avaliação, como a padronização dos currículos, a falta de autonomia das escolas e dos professores diante do ensino.

Palavras- chave: Provinha Brasil; Currículo; Padronização; Professores.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the impact of applying Provinha Brazil in the curriculum of the second year of elementary school. This evaluation has the objective specified by the Ministry of Education (MEC) to diagnose the learning of students who are at this level of schooling. In accomplishment of the research, we came across existing goals implicit in the evaluation, such as the standardization of education and the creation of the national curriculum. From the finding of these aspects, the purpose of this study is to analyze what a group of teachers in the second year of primary education in state schools of Erechim / RS says about the changes that the implementation of Provinha Brazil is causing in the curriculum of schools and their daily practices. The objective is to analyze the influences that Provinha Brazil has in the curriculum of the courses of the second year of elementary school in state schools of Erechim / RS. The results of the research show that there is indeed a change in the selection of content to be worked in the second year, so that thus can achieve better grades in conducting the evaluation. Teachers have demonstrated conscience that the application of the assessment is causing positive changes in teaching. At no time they concern about the consequences of the evaluation as the standardization of curriculum, lack of autonomy of schools and teachers on teaching.

Keywords: Provinha Brazil; Curriculum; Standardization; Teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 AVALIAÇÕES EXTERNAS: DIVISOR DE OPINIÕES	8
1.1 Avaliação externa.....	8
1.2 “Mercantilização da Educação Básica”	9
1.3 Provinha Brasil	13
2 CURRÍCULO E SUAS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES.....	19
2.1 Currículo X Provinha Brasil	20
2.2 Currículo Nacional: uma prática que está se concretizando na educação	23
3 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA PROVINHA BRASIL.....	28
3.1 Alfabetização engloba o conceito de letramento?	33
4 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A PROVINHA BRASIL DOS PROFESSORES DO ENSINO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS	36
4.1 Provinha Brasil: seus objetivos em torno da visão dos professores do ensino estadual do município de Erechim/RS.....	36
4.2 Provinha Brasil e suas possíveis mudanças curriculares na concepção de alguns professores	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

Pode-se verificar que a questão das avaliações externas no Brasil ainda é algo novo, pois começou a implantação das mesmas na década de 1990. Neste sentido, existem muitos professores que não sabem o porquê de seus estudantes a realizarem, mesmo que estas avaliações estejam se expandindo mundialmente e seus resultados impliquem no financiamento da educação.

O que motivou a pesquisa foi a sua relevância para o ensino, bem como o interesse em investigar o que a execução das mesmas pode trazer de benefícios para o cotidiano e o currículo escolar, já que, desde a minha graduação, venho buscando estudar sobre a temática avaliação: o direcionamento para a Provinha Brasil veio após algumas aulas da especialização. Por fim, como professora, tenho notado que a aplicação da Provinha Brasil vem acarretando mudanças no currículo e nas práticas pedagógicas das professoras dos anos iniciais, o que tem causado certa ansiedade no fazer pedagógico destas profissionais.

Percebe-se que atualmente um grande número de professores que trabalha nos anos iniciais da educação básica não sabe definir o que são as avaliações externas, o porquê de os estudantes que se encontram nestas turmas devem realizá-las, bem como não questionam o reflexo que as mesmas têm em nosso ensino, as implicações que causam em nossas escolas e no seu próprio trabalho.

Após a aplicação das mesmas, é realizada uma análise, reflexões sobre o nível do ensino no país ou apenas usam a nota de forma isolada para divulgar como está o ensino brasileiro nesta etapa? Preocupam-se em verificar onde está o problema do ensino e criar soluções para o mesmo, ou apenas mede-se o conhecimento de nossos estudantes por uma avaliação de múltipla escolha anual? Os professores estão ensinando o que está previsto no currículo da sua escola, ou estão preocupados em “preparar” seus estudantes para obterem uma boa nota na Provinha Brasil, para que assim possam ficar numa boa posição no ranking das escolas do país, que é construído após a aplicação das avaliações? Neste sentido, apresento o seguinte problema de pesquisa: Quais as mudanças curriculares que a Provinha Brasil está provocando no segundo ano do Ensino Fundamental?

O presente estudo tem como enfoque principal a discussão do papel da avaliação nas escolas, buscando, assim, definir o que são as avaliações de larga escala e como as mesmas acontecem, com foco de pesquisa na Provinha Brasil das escolas estaduais do município de Erechim/RS.

Tendo definido o foco da pesquisa, chegou o momento de optar sobre como aconteceria a pesquisa. A escolha foi em realizar uma pesquisa bibliográfica e de campo, ou seja, além dos estudos bibliográficos, realizei entrevistas semiestruturadas aos professores do segundo ano do Ensino Fundamental das escolas Estaduais de Erechim/RS. A pesquisa se constituiu nas seguintes etapas: elaboração do projeto de pesquisa; análise bibliográfica sobre a temática; coleta de dados (entrevistas semiestruturadas) e análise de nove entrevistas coletadas com os professores da rede Estadual de Erechim/RS.

Nas entrevistas foram abordadas as seguintes questões: 1. O que é a Provinha Brasil? E quais são seus objetivos? 2. A aplicação da Provinha Brasil está causando alguma mudança na sua prática pedagógica? Qual? 3. No momento em que se fala em currículo, sua elaboração, reformulação, em sua escola são levados em consideração aspectos que a Provinha Brasil aborda? De que forma? 4. A aplicação da Provinha Brasil influencia a sequência de conteúdos que será trabalhada no decorrer do ano letivo? Como? 5. A aplicação da Provinha Brasil Proporciona algum benefício para a sua escola? Cite alguns.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro tem como título: Avaliações externas: divisor de opiniões, abordando as concepções de avaliação externa, bem como as especificações da Provinha Brasil.

O segundo capítulo recebe o título de: Currículo e suas diversas interpretações. Nele constam algumas definições sobre o currículo, discussão da implementação de um currículo nacional, suas implicações no contexto escolar, discutindo como a Provinha Brasil influencia na elaboração curricular e num currículo comum a todos os estudantes do país.

A seguir, temos o terceiro capítulo, intitulado: Letramento e alfabetização na Provinha Brasil. Neste capítulo é realizada uma análise sobre a abrangência dos conceitos de alfabetização e letramento, se a Provinha consegue abranger os dois conceitos na sua elaboração. Na sequência é feita uma análise se realmente letramento é um conceito diferenciado do de alfabetização, ou se ele está contemplado na alfabetização.

E, por fim, temos o quarto capítulo com o título: Algumas concepções sobre a Provinha Brasil dos professores do ensino Estadual do município de Erechim/RS, que tem por objetivo analisar as entrevistas realizadas com os professores do segundo ano do Ensino Fundamental do município de Erechim/RS e verificar as implicações que a aplicação da Provinha Brasil está causando no currículo das escolas.

1.AVALIAÇÕES EXTERNAS: DIVISOR DE OPINIÕES

1.1 Avaliação externa

Avaliação é um tema muito polêmico nas escolas, instituições e universidades, pois ela remete a conceitos, concepções diferenciadas entre os educadores, bem como entre os pesquisadores dessa área. Neste contexto de incertezas, dúvidas, não se pode negar que ela é uma das ferramentas usadas para medir o nível de aprendizagem dos alunos em um determinado período da escolarização.

Todas as escolas têm um sistema interno de avaliação, podendo ser bimestral, trimestral ou semestral: a escolha fica a critério de cada uma, enquadrada em um sistema de ensino, podendo ser municipal, estadual ou da própria instituição, que é o caso das particulares.

Além dessas avaliações feitas pelas escolas para aprovar ou reprovar os alunos, em nosso país foi adotada a política de avaliações externas, de larga escala, ou seja, todos os alunos matriculados, por exemplo, no segundo ano da Educação Básica, terão que fazer uma prova com questões de múltipla escolha. Especificamente esta avaliação recebe o nome de Provinha Brasil, tendo como objetivo verificar o nível de aprendizagem, ou seja:

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental. A intenção é oferecer aos professores e gestores escolares um instrumento que permita acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecido às crianças. A partir das informações obtidas pela avaliação, os professores têm condições de verificar as habilidades e deficiências dos estudantes e interferir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).(BRASIL, 2012).

Como podemos ver na afirmação anterior, a Provinha Brasil tem o objetivo de diagnosticar os “problemas de aprendizagem” dos estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental, oferecendo, assim, subsídios para os professores e gestores melhorarem a qualidade da alfabetização. No entanto, será que a mesma está cumprindo o seu papel ou está apenas sendo realizada para modificar a forma de ensinar dos professores?

É possível perceber que a Provinha Brasil está sim mudando a forma de ensinar da maioria dos educadores e, assim, está padronizando o ensino de nosso país.

Ao abordar a avaliação em larga escala das escolas, Frohlich (2011, p.89) afirma que

há “[...] as políticas cada vez mais tentacularizadas de avaliação como formas de examinar/controlar minuciosamente a educação. É nesse sentido que as políticas educacionais fazem da avaliação e do exame uma nova estratégia de controle [...]”.

Continuando nesta linha de pensamento, das políticas educacionais, Frohlich (2011, p.89) coloca que: “Nas últimas décadas, vê-se a estruturação de uma política de avaliação externa a fim de garantir uma 'qualidade' cada vez maior do ensino público. O financiamento educacional vem dependendo dos resultados obtidos nas avaliações externas realizadas pelos governos federal e estadual [...]”. Devido ao financiamento da educação estar ligado a essas avaliações, as escolas tentam preparar os estudantes para a realização das mesmas, para que atinjam melhores notas, dando ainda mais ênfase às disciplinas de Português e Matemática¹.

1.2 “Mercantilização da Educação Básica”

Além do financiamento, “[...] os dados resultantes dessas avaliações têm servido para estabelecer comparações entre o desenvolvimento de redes de ensino nos diversos estados do país, bem como o estabelecimento de metas de aprendizagem” (MAIA, 2012, p.3). Diante desta situação, verifica-se o surgimento de uma grande competição entre as escolas, criando, assim, uma lógica de mercado entre elas.

Essas avaliações ocorrem para analisar o sistema de ensino público como um todo, pois cada vez mais as escolas e alunos estão sendo condicionados a pensarem de uma mesma forma, não se levando em consideração os aspectos regionais. Sendo assim, professores, gestores precisam se preocupar em modificar as práticas pedagógicas para atingir melhor nota no ano seguinte e, assim, sucessivamente, terem mais recursos financeiros e buscarem a concretização de um currículo nacional (FROHLICH, 2011).

Esse tipo de avaliação está transformando nossas escolas em empresas, que competem entre si para conseguirem mais verbas, ou seja,

essa maquinaria avaliativa opera utilizando o saber estatístico que gera comparabilidade entre o investimento público e os resultados apresentados. Há uma grande valorização dos índices obtidos e isso produz efeitos: evidências das práticas pedagógicas de 'sucesso' e sugestão de reaplicá-las, geralmente independente do contexto; advertência e, muitas vezes, investimentos financeiros nas instituições com baixos índices, apontadas como problemáticas (FROHLICH, 2011, p.94).

1 A questão das disciplinas que a Provinha Brasil abrange, será discutida na próxima seção sobre o currículo.

As avaliações externas estão sendo usadas como termômetro na hora de se enviar verbas para as escolas: de acordo com a nota obtida nelas, será repassado o dinheiro para as escolas. Levando em consideração o contexto anterior, Frohlich (2011, p.94) afirma ainda que:

[...] tais avaliações exercem influências também no que e como as escolas avaliam seus alunos [...] tais avaliações externas permitem regular o que se ensina, se o que é proposto pelo currículo nacional mínimo, e, conseqüentemente, o que é avaliado pelos governos federal e estadual, realmente está sendo trabalhado na escola.

Como é através das avaliações externas que o MEC (Ministério da Educação) regula o que se deve ensinar nas escolas, as políticas podem ser reinterpretadas, mas todas chegam ao mesmo contexto na avaliação em larga escala, ou seja, “[...] estabelecimento de um currículo nacional e a promoção da avaliação das escolas” (SILVA; AZEVEDO, 1995, p.94).

Na perspectiva da criação, imposição de um currículo padronizado, tende a se refletir onde ficará o papel do professor no ensino brasileiro. Soares (2012, p.7) afirma que:

[...] professores e gestores parecem aos poucos perderem o controle sobre o seu próprio fazer pedagógico, pois a qualquer momento poderão ser surpreendidos por uma exigência nova, feita pelos técnicos ligados às suas secretarias de educação, pois estes são os que, atualmente orientam sobre o que é preciso ensinar em língua portuguesa e, posteriormente, em matemática, fundamentados nas exigências da Provinha Brasil, como se o ato de avaliar fosse estanque.

O governo acaba mudando as metodologias de ensino dos professores, ou seja, padronizando o ensino, cria algo pronto para que seja ensinado da mesma forma para todos os estudantes do país. Também na perspectiva da interferência das avaliações externas, Silva e Azevedo (1995, p. 101) afirmam que “[...] resulta em enfraquecimento do poder dos professores, o que obviamente tem implicações para o ensino [...]”. Na verdade, essa padronização faz com que o ensino se fragilize, pois o professor não vai trabalhar de acordo com suas concepções, e sim com o que é lhe imposto, muitas vezes sem ter a certeza do que e como ensinar, bem como este não terá como contribuir para a formação de cidadãos democráticos, pois apenas vão reproduzir o que vem do governo, sem as devidas reflexões sobre o meio em que vivem.

A partir da implementação das avaliações externas em nosso país, podemos perceber um déficit na formação dos professores em relação à aplicação das mesmas. Não existe uma preparação, ou seja, uma explicação do porquê estão tendo que realizar a avaliação com seus estudantes.

Na verdade os professores esperam ter na formação continuada manuais de como e o

que aplicar para seus alunos. A maioria não vai ao encontro da teoria, causando sérios problemas para o ensino brasileiro.

A criação das avaliações externas, segundo o Ministério da Educação (MEC), teve como objetivo “assegurar a qualidade da Educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Os resultados dos testes aplicados apontam para a realidade do ensino, oferecendo um panorama do desempenho educacional” (BRASIL, 2012). Julga-se a escola em boa ou má de acordo com a nota que obteve nestas avaliações, ou seja, cria-se uma espécie de rótulo da mesma.

Com os resultados, notas obtidas nas avaliações externas, forma-se um ranqueamento das escolas do país, ou seja, foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira), que tem como objetivo melhorar a qualidade da educação no país. Através do IDEB foram traçados objetivos a serem alcançados pelas escolas, ou seja, nota de forma isolada, servindo como base para o repasse de verbas para as escolas.

Sendo assim, o governo trabalha para manter tudo como está nas escolas, pois repassa as verbas de acordo com a nota obtida do IDEB: quem atingir maior nota receberá mais dinheiro, melhorando as condições de ensino e da instituição fisicamente; por sua vez, as que tiverem notas baixas terão menores repasses de verbas, dificultando ainda mais a melhoria das notas na próxima avaliação. Com a escassez do dinheiro, ficará mais difícil investir na escola e nos estudantes que a frequentam, ou seja, melhorar os resultados no ano seguinte.

Para melhorar a situação, o repasse de verbas deveria ser pensado de forma igual para que todas as escolas tivessem a oportunidade de melhorar seus índices e seu ensino. Isso faz pensarmos como será possível implementar, impor um currículo nacional² com tantas desigualdades culturais, financeiras existentes em nosso país. Neste contexto de desigualdades sociais, Apple (apud MOREIRA, 1995, p.99) afirma que:

mesmo que se pense o currículo nacional como instrumento de coesão social e de melhoria das escolas, em função das avaliações 'objetivas' que possibilitem, seus efeitos serão justamente o oposto. Embora os critérios pareçam objetivos, os resultados serão dados as diferenças de classe social, raça gênero existentes em uma sociedade heterogênea. Em vez de coesão cultural e social, o que se acaba por promover é o aprofundamento das diferenças entre nós e os outros, com consequências econômicas, sociais e culturais facilmente previstas.

Com as desigualdades existentes em nossa sociedade, a implementação de um

2 A discussão sobre a implementação de um currículo nacional, será amplamente discutida no próximo capítulo que tem como temática o currículo.

currículo nacional somente acarretará ainda mais a situação já existente, pois somente com o reconhecimento das diferenças de classes sociais, culturais nos currículos escolares, a educação brasileira poderá melhorar a sua qualidade. Ainda nesta linha de pensamento, Apple (1993 apud MOREIRA, 1995, p.99) nos coloca que:

rejeita, então, a ideia de um currículo baseado em uma cultura comum, já que não existe essa cultura comum da qual seja possível selecionar os conteúdos do currículo nacional. O que se faz é inventar uma cultura comum que, face aos interesses envolvidos, dificilmente inclui as manifestações culturais dos grupos oprimidos. Quando o faz, é geralmente por concessão, por frágeis alianças que não chegam a ameaçar a dominação dos grupos poderosos.

A implementação de um currículo nacional criaria uma espécie de estudante padrão, imaginário de Norte a Sul do país, sem levar em consideração os aspectos regionais e culturais de cada cidade, estado. De fato, estão querendo homogeneizar as pessoas, apesar de atualmente tanto se falar na importância de trabalhar com as diferenças, ou seja, essa proposta está caminhando na contramão do que foi construído e acredita-se em educação atualmente.

Podemos verificar que muitas pessoas se admiram com o crescimento do IDEB em nosso país. Por sua vez, a mídia também divulga as notas do índice demonstrando apenas o resultado final, as notas obtidas, nas avaliações de larga escala. Será que esses índices são realmente indícios de melhorias na educação brasileira? Ou são “falsos”? Como melhorar através de uma nota, obtida por uma prova aplicada duas vezes no ano para todos os estudantes do país? Mais uma vez estamos vivenciando em nosso país um cenário de faz de contas na área da educação. Na verdade, precisamos questionar até que ponto essas avaliações estão analisando, verificando o aprendizado dos estudantes, se são capazes de fazer isso e qual o conceito de qualidade que as mesmas apontam, pois apenas bons números, crescimento significativo no IDEB, não significam que todos os estudantes do país estão tendo as condições necessárias para estudarem.

Assim, levam-se em consideração as notas, os resultados finais, obtidos pelas avaliações, “e não o real” nível de aprendizagem dos estudantes, o seu crescimento no decorrer do ano letivo.

Esse tipo de prova nacional, aplicada igualmente em todo o território brasileiro, com questões de múltipla escolha, leva os estudantes a não lerem as questões, apenas “chutam” uma alternativa, ou seja, contam mais com a sorte do que com o conhecimento propriamente dito. Por isso, devemos nos questionar até que ponto essas notas, índices podem ser

considerados como melhoria na qualidade da educação de nosso país.

Como basear-se em resultados obtidos, muitas vezes, desta maneira? Que tipo de resultados está obtendo essa avaliação? Este tipo de avaliação só será válido quando houver uma interpretação dos dados fornecidos por ela para pensar o fazer pedagógico das escolas. Enquanto insistirmos em ranquear as escolas pelos seus resultados, nada vai crescer à educação brasileira, apenas aumentará a competição entre as mesmas em nosso país.

A avaliação externa, como visto, vem cada vez mais aumentando a competição entre as escolas, a busca pelo melhor resultado, nota, usando-as para forjar um faz de conta na melhoria da qualidade do ensino brasileiro, tanto almejada pelos governantes.

1.3 Provinha Brasil

A Provinha Brasil foi criada a partir da Portaria Normativa nº 10, em 26 de abril de 2007, sendo que sua primeira edição ocorreu no ano seguinte, 2008. É uma avaliação aplicada aos estudantes do segundo ano do ensino fundamental, em todo o Brasil. A mesma acontece em duas etapas, uma no início do ano letivo, com o “intuito de diagnosticar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes”, e a segunda etapa se dá no final do ano letivo, para verificar os progressos na alfabetização dos estudantes. A mesma é elaborada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e a sua distribuição para as escolas é realizada pelo MEC (Ministério de Educação) (BRASIL, 2012).

A Provinha Brasil tem como objetivos e metas na sua elaboração:

1. avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma e nos anos iniciais do ensino fundamental;
 2. diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita;
- Esses objetivos possibilitam, entre outras ações:
- estabelecimento de metas pedagógicas para a rede de ensino;
 - planejamento de cursos de formação continuada para os professores;
 - investimentos em medidas que garantam melhor aprendizado;
 - desenvolvimento de ações imediatas para a correção de possíveis distorções verificadas;
 - melhoria da qualidade e redução de desigualdade de ensino.
- O delineamento e a construção dessa avaliação prevê, sobretudo, a utilização dos resultados obtidos as intervenções pedagógicas e gerenciais com vistas à melhoria da qualidade da alfabetização (BRASIL, 2012).

A partir dos objetivos e metas da Provinha Brasil em sua criação, pode-se verificar

que, muitas vezes, os mesmos são desconhecidos nas escolas. De fato, aplicam-se as provas para os estudantes e, se os mesmos obtiverem uma nota boa, aceitável, será um meio de propaganda para a escola e, em casos de notas baixas, “as mesmas” são engavetadas, sem serem levadas em consideração durante o ano letivo, para que, assim, possam ser cumpridos os objetivos da Provinha Brasil.

As Secretarias Municipais de Educação recebem um kit de aplicação da Provinha Brasil, sendo um de Matemática e o outro de Português. Cada kit é composto de 4 documentos: *o Caderno do Aluno*, o qual apresenta uma questão por página; *o Guia de Aplicação*, que ficará com o professor ou aplicador da provinha. Ele contém todas as instruções sobre como aplicar a provinha, bem como as questões que estão no caderno do aluno, deixando bem claro quais as questões que podem ser lidas pelo aplicador e quantas vezes; *Guia de Correção*, na parte inicial do documento é feita toda uma abordagem sobre o que é, quem aplica, como deve ser a correção da Provinha Brasil, quais os itens que devem ser levados em consideração e como classificar o estudante no nível de aprendizagem. Por fim, temos a *Reflexão Sobre a Prática*, que diz respeito ao bom andamento da aplicação da avaliação, tendo como objetivo refletir acerca dos resultados obtidos na mesma, fazendo uma articulação da provinha com os programas de formação continuada do governo (BRASIL, 2011).

Deve-se questionar como uma prova composta por 24 questões objetivas, sendo que alguns enunciados são completamente lidos pelo aplicador, outros em parte e ainda alguns apenas os estudantes leem, poderão diagnosticar as dificuldades de aprendizagem “na alfabetização”. Neste contexto, Esteban (2008, p.2) afirma que:

A relação entre a aplicação de uma “provinha” e a garantia da alfabetização das crianças no máximo aos oito anos de idade expõe desconhecimento das discussões e práticas relacionadas à aprendizagem infantil e ao processo de alfabetização. Essa proposta expressa a permanência de uma perspectiva redutora da infância, aliada a uma concepção mecanicista de alfabetização que fortalece sua dimensão técnica e ofusca as vertentes histórica e sociocultural que a constituem.

Este tipo de avaliação, que se guia em questões de certo e errado, aplicada apenas duas vezes durante os duzentos dias letivos, é muito pouco para assegurar que, através da aplicação da mesma, haverá uma melhora significativa na aprendizagem dos estudantes, sem contar que os estudantes são classificados em níveis de desenvolvimento de acordo com o número de questões que acertou. E sobre as que erraram, faz-se o quê? Neste caso, a Provinha Brasil é mais uma aliada para

promover a ampliação do sistema de controle sobre a escola, sobre a ação docente e sobre a aprendizagem infantil. A ênfase na regulação, que atravessa o exame, pouco pode contribuir para uma profunda reflexão sobre a dinâmica pedagógica, sobre os percursos realizados, sobre as aprendizagens alcançadas e sobre os conhecimentos necessários e os modos de obtê-los, como vêm demonstrando os resultados dos outros níveis de escolarização que já integram o Sistema Nacional de Avaliação. A centralidade no exame, mesmo que disfarçado de Provinha e aplicado pelo(a) professor(a) regente da turma, direciona a ação pedagógica para a obtenção dos resultados pré-fixados, o que reduz, na escola, a possibilidade de percepção, compreensão e fortalecimento dos múltiplos processos de aprendizagem e de ensino ali realizados, bem como dos diferentes conhecimentos que dão vida à sala de aula como espaço de permanente aprendizagem (ESTEBAN, 2008, p. 3).

Neste sentido, é realizada uma “falsa” avaliação do diagnóstico, pois, dessa forma, se obtém apenas resultados prontos, isolados. A verificação e o diagnóstico da aprendizagem dos estudantes deveria ser realizada através da avaliação que cada professor faz no seu cotidiano escolar, pois é só ali, no decorrer de suas aulas, que o mesmo poderá afirmar os avanços e as dificuldades, criando novas estratégias para saná-las.

Os professores trabalham com “matéria viva”, seres pensantes, os mesmos precisam ser flexíveis para que, assim, possam criar maneiras diferenciadas, para que todos ou a grande maioria atinjam a aprendizagem dos conteúdos programáticos mínimos a cada nível de ensino.

Com a implementação da Provinha Brasil, Esteban (2009, p.49) afirma que: “[...] Não se avalia o processo ensino-aprendizagem, mede-se o que se presta a ser verificado através de um teste de múltipla escolha.” Na verdade, não podemos afirmar que aplicar uma prova com questões de múltipla escolha para os estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental é produtivo, uma vez que a maioria não sabe nem como passar as respostas das questões na grade. Os estudantes não são habituados à resolução desse tipo de questões, pois não resolvem esse tipo de situações no seu cotidiano.

É muito comum, alguns dias antes da aplicação da Provinha Brasil, os professores treinarem os estudantes, com o modelo das questões que constituem esse tipo de avaliação. Como afirmar que com a aplicação da mesma poderá se diagnosticar o nível de aprendizagem dos estudantes, já que se tornam um processo mecânico nas escolas e na vida dos estudantes?

Se formos questionar os estudantes sobre por que eles precisam realizar esse tipo de avaliação, com certeza todos afirmariam que mais uma nota para avançarem no próximo ano.

Nesta perspectiva, a Provinha é um

estimulador à uniformização dos processos e dos resultados, tem uma atuação importante no sentido de moldar as práticas, reduzindo as possibilidades de estímulo à diferença, característica da sala de aula. Assim, legitima desigualdades decorrentes

das diferenças, naturaliza a subalternidade e fomenta, nos sujeitos, o desejo de normalização. Simultaneamente, afasta o/a estudante, sujeito que aprende, do conhecimento, que deveria ser o objeto da aprendizagem. Esse processo fragmenta relações, isola sujeitos e os distancia de seus próprios processos, que perdem seu vigor, com a ênfase dada ao resultado. Tal dinâmica dificulta a produção de práticas dialógicas realmente favoráveis a um permanente processo de ampliação de conhecimentos por todos. Assim, amplia a possibilidade de produzir uma narrativa socialmente válida sobre o *outro*, tornado objeto da relação, justificando a desqualificação da alteridade. Também reduz a possibilidade e o direito do sujeito narrar-se a partir de suas próprias experiências. (ESTEBAN, 2009, p.50)

Este processo de avaliação faz com que os estudantes se distanciem da sua realidade. Na elaboração e na aplicação dessa avaliação, não se leva em consideração os aspectos regionais e culturais dos estudantes: é passado por cima das necessidades de aprendizagem específicas que cada estudante de nosso país tem.

Neste novo conceito de avaliação nacional, os professores são obrigados, levados a trabalhar, ensinar aos seus alunos apenas o que será exigido na aplicação da mesma. Isso faz com que os professores não consigam ligar os conceitos a situações cotidianas dos estudantes, dificultando, assim, ainda mais a alfabetização, já que os conteúdos abordados nesta avaliação se distanciam do cotidiano escolar, da realidade dos estudantes.

Outro aspecto fundamental que é desconsiderado com a aplicação da Provinha Brasil é a bagagem que os estudantes já possuem, ou seja, os conhecimentos que possuem fora da escola. Neste contexto, a escola torna-se um lugar vazio, sem sentido, distante de suas vivências.

A forma de classificação dos estudantes é realizada de acordo com os acertos. Como é possível considerá-lo um estudante alfabetizado ou não pelo número de acertos de uma prova com questões de múltipla escolha, sendo que muitos dos enunciados são lidos pelo professor aplicador? Em relação aos resultados, Esteban (2009, p.51) nos coloca que:

O resultado do exame oferece informações que levam à distinção entre os que realizam o percurso de aprendizagem compatível com a norma estabelecida e aqueles que não atingem os níveis esperados para o segundo ano de escolarização. O que pode ser facilmente traduzido como os que “aprendem” e os que “não aprendem”, ou pelo menos não o fazem satisfatoriamente. A aprendizagem escolar é, nessa perspectiva, desconectada de toda experiência anterior e extra escolar, como se a aprendizagem da linguagem escrita não se vinculasse fortemente à experiência da criança com a escrita em suas atividades cotidianas (dentro e fora da escola; anteriormente e durante o período de escolarização).

Se analisarmos os objetivos da Provinha Brasil, seriam ótimos se fossem alcançados nas escolas, mas, quando analisamos a maneira de corrigir a avaliação, nos deparamos com

algo totalmente contra os seus objetivos, pois ela a classifica de acordo com os acertos obtidos na Provinha.

A forma de correção da Provinha Brasil faz com que ela se torne classificatória, ou seja, os que já sabem ler e os que não sabem e não aprendem, ficando ainda mais clara a contradição com os seus objetivos em sua formulação e aplicação.

Nesse sentido, a Provinha Brasil surge fora do contexto das escolas, na contramão da aprendizagem dos estudantes, pois, mesmo com o nome no diminutivo³, com objetivos diferenciados das outras avaliações, ela não deixa de classificar em quem sabe e quem não sabe.

Além disso, como aplicar um teste a todos os estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental de nosso país se, na maioria das vezes, é falado em respeitar o ritmo de aprendizagem dos mesmos, se cada um é único e aprende em um determinado tempo? Como exigir o mesmo para todos? Dessa forma, estamos voltando no tempo, generalizando, homogeneizando o nosso ensino, desconstruindo o que levou muitos anos de estudo para ser comprovado e aceito em nossa sociedade.

Assim, a Provinha Brasil está acabando, reduzindo a liberdade das escolhas pedagógicas dos professores e gestores de nossas escolas. Neste contexto, Esteban (2009, p.52) afirma que:

A centralidade dessa avaliação está no processo de regulação externa da dinâmica pedagógica, colaborando para a redução das possibilidades da escola refletir sobre seu trabalho, formular suas propostas de ação e estabelecer modos coletivos e democráticos de regulação do trabalho, com a finalidade de produzir práticas favoráveis ao processo aprendizagem ensino. Porém, a relação estabelecida pelo exame atende a demanda de criação de lugares onde inserir os estudantes que não demonstram os conhecimentos esperados. A ausência de expressões que evoquem diretamente a anormalidade dos percursos de aprendizagem das crianças que não alcançam os níveis idealizados não impede que a elas seja apresentado um projeto de normalização, como horizonte a ser alcançado através do trabalho pedagógico.

Sendo assim, pode-se verificar que a Provinha Brasil está mobilizando, engessando, guiando as escolas para uma única prática pedagógica, transformando, assim, os diferentes níveis de aprendizagem existentes nas salas de aula em obstáculos ainda maiores a serem vencidos. Dessa forma, faz com que os alunos percam o prazer e o gosto pelo aprender, pelo ler e, principalmente, tornando a escola um dos últimos lugares onde essas crianças não

³ Prova Brasil é aplicada no 5º ano do Ensino Fundamental, os resultados obtidos compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

queiram estar.

Percebe-se que a Provinha Brasil veio de certo modo direcionar a prática pedagógica nas escolas de nosso país. Realmente ela molda o jeito de ensinar dentro das salas de aula, sem levar em consideração o conhecimento regional e dos estudantes. Nesse sentido, ela homogeniza o nosso ensino no segundo ano do Ensino Fundamental, pois, mesmo os resultados não fazendo parte do IDEB, há toda uma cobrança sobre a sua aplicação, seus resultados, pelas escolas ou pelos órgãos governamentais.

Até que ponto essa Provinha Brasil pode nos ajudar a atingir melhor qualidade no ensino? Cabe aqui refletirmos que estudantes e que educação queremos para o nosso povo: queremos que eles sejam pensantes ou meros reprodutores de conhecimento?

Neste sentido, a Provinha Brasil veio para regularizar, enquadrar o ensino e o currículo dos segundos anos do Ensino Fundamental de nosso país. Essa implantação de currículo nacional e sua relação com a Provinha Brasil será abordada no próximo capítulo.

2 CURRÍCULO E SUAS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES

Nesse capítulo será abordada a questão do currículo, apresentando alguns conceitos sobre o mesmo, discutindo sua ligação com a Provinha Brasil, ou seja, problematizando possíveis interferências, mudanças causadas a partir da aplicação da Provinha Brasil nas escolas.

“A palavra currículo é de origem latina, provém da palavra *Scurrere*, correr, e refere-se a curso (ou carro de corrida)” (GOODSON, 2012, p.31). Neste contexto, podemos afirmar que o currículo se torna, então, algo a ser seguido, a ser alcançado, nas escolas, as quais sempre terão seus trabalhos guiados pelos mesmos.

Começemos com a concepção de Moreira e Candau (2007, p.18), que o definem como:

- ▲ os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- ▲ as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- ▲ os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- ▲ os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- ▲ os processos de avaliação que terminam por meio influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Como afirmado acima, o currículo abrange muitos aspectos dentro de uma escola; ele é a base para o trabalho docente e nunca será neutro, sempre havendo uma intenção pedagógica.

No contexto em que o aluno e o professor são seres pensantes, os mesmos moldam o currículo de acordo com suas práticas e vivências. Neste contexto, Sacristán (2000, p.61) aborda o seguinte aspecto:

O aluno que se confronta com os mais variados aspectos do currículo não é um indivíduo abstrato, mas proveniente de um meio social concreto e com uma bagagem prévia muito particular que lhe proporciona certas oportunidades de alguma forma determinadas e um ambiente para dar significados ao currículo escolar [...]

Para o autor (2000, p.15), a definição de um currículo pode se dar para “descrever a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou uma modalidade de educação [...]”. Levando em consideração os aspectos que o autor afirma, podemos aqui dizer que o currículo guiará

todo o trabalho docente em nossas escolas. Ele é a base para o trabalho desenvolvido no decorrer do ano letivo, podendo ter desvios em seu percurso, para levar em consideração as necessidades, anseios de seus estudantes.

Dessa forma, o currículo não pode ser separado em contexto da prática e o local onde é produzido. Para que haja uma educação de qualidade, os dois contextos precisam estar em harmonia. Deve-se pensar e elaborar de acordo com as necessidades da escola. Neste contexto de elaboração de currículo, Sacristan (2006, p.9) afirma que: “[...] a escola seria um espaço bem mais rico se acolhe-se o conhecimento que os alunos das classes populares trazem e que são resultados das lutas pela sobrevivência que as classes vivem e nas quais, sem dúvida, produzem conhecimento.”

Muitas vezes, as escolas esquecem que todos os estudantes trazem uma bagagem, conhecimentos culturais de suas vivências em sociedade, e, na maioria das vezes, acreditam que os mesmos chegam à escola sem saber nada, ignoram todo o conhecimento adquirido durante seus anos de vida. Todo o contato que já estabelecem com o mundo letrado é esquecido e começa-se do zero ou de algo que os professores imaginam que os estudantes já saibam. Isso já acontece sem a implantação do currículo nacional e continuará acontecendo quando ele passar a existir.

No contexto de implantação de um currículo nacional, Lopes (2006, p.134) aborda que “toda proposta de um currículo nacional incorpora a pretensão de homogeneidade, a suposição de que a homogeneidade de padrões comuns e de saberes básicos universais a serem ensinados a todos seria desejável [...]”.

Assim, a Provinha Brasil surge e se fixa como uma homogeneizadora da alfabetização brasileira, pois vem, com o passar dos anos, se expandido e tomando mais ênfase e destaque em nosso país.

2.1 Currículo X Provinha Brasil

Com a implantação das avaliações externas em nosso país, ficou muito clara a intenção de implantação de um currículo nacional, padronizado a todas as regiões, cidades, escolas. Neste contexto, Corazza (2001, p.81) afirma que:

[...] o currículo nacional é uma de suas formas principais de controle e regulação, funcionando como princípio e método para racionalizar as próprias práticas governamentais. Princípio e método, que fazem dos infantis, ao mesmo tempo, objetos da ação governamental, bem como parceiros voluntários de seu governo [...].

É através da implementação das avaliações externas que se concretizou a ideia de currículo nacional. Dessa forma, o governo passou a impor o que e como se deve ensinar em nossas escolas: os professores apenas reproduzem o que lhes é solicitado, sem dar ênfase à cultura local, às peculiaridades e necessidades de sua região.

As escolas acabam definindo seus currículos para “[...] uma possível conformação aos testes de rendimento aplicados aos alunos, que tendem a ser vistos como os delimitadores do conhecimento que tem valor [...]” (SOUSA, 2003, p.187). Dessa forma, no momento de reelaborar o currículo para o ano seguinte, os professores e gestores levam em consideração os possíveis conteúdos que serão cobrados na Provinha Brasil, enfatizando cada vez mais o Português e a Matemática, deixando as outras disciplinas para mais tarde, ou se der tempo. Ocorre, assim, um esvaziamento do conteúdo escolar, ou seja, um empobrecimento, pois essa avaliação vai cobrar apenas o que consideram básico dos estudantes.

Em relação à elaboração de um currículo padronizado, Sacristán (2000, p.62) afirma que: “[...] o currículo comum para todos não seja suficiente se não se consideram as oportunidades desiguais frente ao mesmo e às adaptações metodológicas que deverá se produzir para favorecer a igualdade, sempre sob o prisma de que a escola, por si só, não pode superar as diferenças sociais.”

Mesmo implantando um ensino padronizado para todo o país, não será possível apagar, superar as diferenças sociais existentes no Brasil. Dessa forma, estarão apenas ignorando-as, mascarando a realidade do povo, para afirmarem que conseguiram melhorar a educação brasileira.

Para o autor, o currículo previamente definido não garante aprendizagem dos estudantes, pois a maioria dos currículos é pensada para uma classe social mais elevada. Mudam governantes, políticas educacionais, gestores e continuam com as mesmas concepções de currículo, aquele voltado para uma minoria. Nesse sentido, é primordial realizar adaptações do currículo de acordo com a realidade de cada escola, possibilitando a aprendizagem dos estudantes. Se isso não acontecer, estarão ainda mais visíveis as diferenças sociais existentes em nosso país.

O currículo deve ser elaborado com os professores e gestores de cada escola, onde se

deve considerar as peculiaridades do meio onde o mesmo ganhará vida; caso contrário, ele se tornará algo vazio e sem sentido. Isso não quer dizer que se deve ficar restrito aos conhecimentos que os estudantes já possuem, e sim tomá-los como um ponto de partida para ampliar os conhecimentos. Como desconsiderar o que o estudante já sabe, ou seja, ver os conhecimentos da escola como únicos, inquestionáveis?

Neste contexto de padronização, surge a Provinha Brasil, que tende a ser uma política governamental, que visa garantir a efetivação de uma política curricular, reforçando a ideia de que cabe à universidade e ao governo a organização de um currículo e aos professores cabe apenas aplicá-lo. (VIEIRA; PIZZI, 2009).

Novamente as autoras nos trazem a ideia da elaboração de um currículo para minoria, no qual cabe aos professores apenas segui-lo como um modo de fazer, ou seja, como uma receita, que, se modificada em algum aspecto, não dará certo, não atingirá a nota suficiente esperada na avaliação em larga escala, mesmo apresentando um bom desempenho no decorrer das aulas.

Levando em consideração a ideia da implantação de um currículo nacional, Amantea et al (2006, p.40) afirmam que: “[...] como o currículo tem uma inevitável dimensão prática na ação das escolas, é possível afirmar que ele não pode ser totalmente ditado nem controlado pelas unidades centrais do sistema[...]”. Novamente temos autores defendendo a ideia de que o currículo deve se dar de acordo com a realidade dos estudantes, da escola, construído pela mesma; caso contrário, o mesmo não terá sentido para o estudante, não saberão o porquê e para que estão estudando determinados assuntos e muito menos como usá-los no seu dia a dia.

Um currículo pode implicar na escola “[...] primordialmente, um processo de construção social que se desenvolve em um marco impregnado de tradições de pensamentos pedagógicos e curriculares frequentemente diversas [...]” (AMANTEA et al, 2006, p.40).

Com a implantação de um currículo nacional, está se pensando a escola de cima para baixo, padronizando-se o ensino: isso teve início com o surgimento das avaliações em larga escala. Os alunos não estão aprendendo o que realmente precisam e os professores apresentam dificuldades para ensinar, pois precisam se deter nos conteúdos. Como dito, essas avaliações apenas se preocupam em analisar as disciplinas de Português e Matemática, as outras são ignoradas, servem apenas para completar o currículo. Neste contexto, Grispino (2013, p.1) afirma que: “[...] significa esvaziar as demais, reduzir a quantidade de informações, prejudicando, sobremaneira, a formação básica geral.”

Este tipo de avaliação causa uma exclusão social nas camadas mais pobres do país,

bem como cultural, e isso ficará mais evidente na próxima seção, que terá como tema a implantação de um currículo nacional.

2.2 Currículo Nacional: uma prática que está se concretizando na educação

Nesta seção será abordada a questão da implantação de um currículo nacional e suas implicações na educação brasileira, levando em consideração o papel do professor e dos alunos nas escolas, ou seja, quem passam a ser os autores e sujeitos da educação.

Em relação à implantação de um currículo nacional, Pacheco (2003, p.26; 27) afirma que:

Trata-se de fato, de uma visão tecnicista do currículo em que as decisões políticas são tomadas em um nível macro, com o reconhecimento do papel centralizador da administração central e da linguagem especializada dos consultores curriculares, deixando-se às escolas e aos professores o papel de implementá-las, pois não são considerados nem lugares, nem atores de decisões políticas [...] No que diz respeito à decisão de política curricular, esse é um pressuposto errado porque os professores são atores e as escolas são locais privilegiados de (re)construção do projeto de formação de alunos [...] Dessa concepção de currículo, decorre a racionalização técnica e burocrática por meio de dois eficazes instrumentos, separação entre o momento da concepção da responsabilidade dos especialistas e da administração, e execução, por intermédio da ação controladora dos professores; desprofissionalização dos professores, porque se tornam os operários curriculares e não-decisores.

Entrega-se tudo definido para os professores e escolas, cabendo às mesmas executar: é como se fossem estar cuidando de máquinas, que basta ter um manual de instruções que as fará funcionar em perfeita harmonia.

Queremos uma escola onde nossos professores possam ser atores de sua prática diária e os estudantes sujeitos desse processo, ou podemos continuar com tudo como está, como meros coadjuvantes, reprodutores do que vem da macropolítica?

Vivenciamos no momento uma forte desvalorização dos professores. Com a implementação de currículo nacional, essa situação se agravará, pois, como na afirmação de Pacheco, teremos meros operários de currículos, os quais não terão que pensar e resolver o que será melhor para seus estudantes.

Continuando na discussão de implementação de um currículo nacional, Pacheco (2003, p.30) nos coloca que o currículo deve:

[...] ser construído pela luta de diferentes fronteiras que delimitam terrenos de participação e âmbitos de decisão. Não se poderá, contudo, aceitar que o currículo seja a expressão de uma única lógica, na medida em que as lógicas de Estado, de mercado, do ator e cultural são peças de um quebra-cabeça que adquire sentido pelas fronteiras que são conquistadas em momentos diferentes.

Sendo o currículo um quebra-cabeça, o mesmo precisa de todas as partes para que possa ser executado com êxito, pois, se tiver apenas o aspecto do Estado, o mesmo ficará muito vago, abstrato na sua implementação. Não terá sentido para os professores e muito menos para os estudantes, causando, assim, um maior desinteresse pela educação e criando um maior distanciamento entre o cotidiano escolar e as vivências dos estudantes e professores.

Ao criar um currículo padrão, com a implementação de avaliações nacionais, forma-se a falsa expectativa de alcançar melhorias na qualidade da educação, apenas mascarando a situação atual da educação do país. Nesta perspectiva, Pacheco (2003, p.74) aborda a seguinte questão: “o currículo nacional converte-se, por um lado, em um eficiente mecanismo de controle político do conhecimento e, por outro, em uma prática de diferenciação social que legitima a lógica hegemônica do que se aprende na escola.”.

Assim, teremos um controle quase que total do que se ensina em todo o território brasileiro, sendo que quem está controlando será a macropolítica, todas as decisões partirão dela. Em relação ao currículo hegemônico, Pacheco (2003, p.74) afirma que: “[...] é antidemocrático, na medida em que não atenua as desigualdades dos alunos perante a escola. O neoliberalismo desfaz, de um modo muito claro o mito da escola que promove a igualdade e que funcione na observância das mais elementares regras da democracia [...]”.

Nossas escolas não são promovedoras de igualdades, e sim de desigualdades, pois, com a implementação do currículo nacional, ficam ainda mais visíveis as diferenças entre as classes sociais, entre os estudantes que os acompanham e os que não conseguem acompanhar. Surge, assim, uma cultura comum como:

[...] suporte da construção das políticas curriculares dominadas pela lógica de mercado e uma realidade presente a partir do momento em que as novas condições do capitalismo se baseiam em um conhecimento comum e especializado e na reafirmação tradicional da literacia e não da defesa de uma literacia sociocultural [...] (PACHECO, 2003, p.75; 76).

A implementação de uma cultura comum na formulação do currículo faz com que se pense os estudantes de nosso país como um todo, ou seja, todas as regiões em um mesmo contexto, sendo que de uma turma para outra há uma grande diferença cultural. Sendo assim,

como considerar uma cultura comum no país? Neste contexto, Pacheco (2003, p.77) afirma que:

Em um amálgama de práticas muito diferenciadas, a avaliação em nível nacional é o mecanismo de regular as expectativas e os interesses dos grupos sociais dominantes transformando as escolas em locais burocraticamente controlados pelas regras da meritocracia, ou seja, pelo aforismo 'vale tanto quanto sabe'.

A partir da implementação de uma avaliação e currículo nacionais, as escolas tornam-se locais controlados, não apresentam mais autonomia para fazerem as alterações necessárias em seus trabalhos, devem seguir o que lhes é enviado, como se fosse um manual, um modo de fazer, o que sair das indicações será considerado erro.

Se continuarmos com este ritmo nas escolas, com certeza a veremos mais vazia, e sem sentido para os estudantes, professores, e principalmente para a sociedade, já que esta estará formando “uma espécie de robôs”, que apenas reproduzem o que é solicitado nas avaliações, com questões objetivas. Desse modo, Pacheco (2003, p.72) afirma que:

acredita-se, por isso, que só uma avaliação centrada na valorização do caráter, dos valores e dos conteúdos poderá contribuir para a regeneração da escola e a moralização da sociedade. Também acredita-se que a cultura pedagógica dominante, inculcada pelas ciências da educação e pelas instituições de formação de professores, está na origem de todos os problemas ligados, a mediocridade escolar, ignorando-se ao mesmo tempo, que o insucesso tem sido uma das constantes da escola, independente das teorias.

Estamos com uma sociedade constituída por pessoas que não têm valores, apenas preocupam-se com bens materiais, e o pior, com seres não pensantes, que aceitam tudo o que falam, têm preguiça, ou medo de pensar. Fomos treinados para reproduzirmos. Neste contexto, Pacheco (2003, p.72) aponta uma possível solução para a situação vivenciada pela educação: “[...] de fato, na repercussão do status da avaliação nacional no combate do facilitismo de aprendizagem, na responsabilização dos que geram a escola e na fragilidade do poder dos professores a administração”.

A escola só existe devido a um conjunto de fatores, pessoas que a constituem e sua melhora só será possível quando todos esses elementos trabalharem de forma harmônica, ou seja, quando cada indivíduo assumir seu papel diante dela e da sociedade.

A sociedade em que estamos inseridos está cada dia mais interessada em números e resultados. Neste sentido, Pacheco (2003, p.72) afirma que: “[...] a relação educação/sociedade é cada vez mais pautada pelas ideias de uma avaliação de resultados e por

uma ética competitiva que tão drasticamente conjuga a vida de alunos com as expectativas sociais.”

A sociedade se transformou em um local de intensa competitividade, sendo que se levam em conta apenas os números finais obtidos; o processo para chegar até lá, na maioria das vezes, é esquecido, deixado de lado.

Se analisarmos a nossa vida, podemos concluir que nós somos transformados em números, somos reconhecidos por eles, pois, já quando nascemos, recebemos um número de registro, nossas casas têm um número para nos identificar, crescemos e continuamos acompanhados deles. Todos os nossos documentos possuem números, e também estamos sendo avaliados constantemente por nossa família, amigos, ou seja, a sociedade está sempre nos avaliando, atribuindo números e conceitos.

No cenário da educação, novamente nós deparamos com os números; nossa vida escolar é resumida mais uma vez a eles. Os professores sempre estão em busca deles, ou, pelo menos, esperam que seus estudantes consigam atingir um número satisfatório nas avaliações realizadas.

Com a aplicação das avaliações nacionais existem poucas possibilidades dos professores adaptarem o currículo de acordo com sua realidade. Assim, o seu papel nas escolas está ficando cada vez mais reduzido. Eles estão chegando de forma exata, estanque e, ao final do ano, terão que provar se trabalharam o que foi solicitado no currículo nacional, na execução das avaliações externas.

Além de tudo, podemos nos questionar qual está sendo o papel da educação na sociedade: será que está cumprindo o que Pacheco (2003, p.76) afirma em relação à educação? Ou seja, “[...] ensinar os trabalhadores a pensar acerca do mundo como devem modificar os valores, bem como ensinar a pensar sobre a mudança no futuro.”

A partir das reflexões feitas anteriormente, será que podemos afirmar que as avaliações nacionais vieram para melhorar a qualidade de nosso ensino? Ou novamente para criar um método de mascarar a real situação do ensino brasileiro? Vemos as nossas escolas escondidas atrás de médias, notas, que são usadas de forma isolada em nossa mídia, para classificá-las em melhores e piores.

Retornamos, assim, a questão central da análise de nossa pesquisa: o objetivo da Provinha Brasil é diagnosticar a aprendizagem dos estudantes ou impor conteúdos ao currículo dos 2º anos?

Desse modo, tornou-se pertinente analisarmos que conteúdos a Provinha Brasil

abrange. Se apenas a alfabetização ou o letramento? Será que existe diferença entre os dois conceitos? Qual deles é o mais abrangente? E o que a Provinha Brasil contempla? Os aspectos do letramento ou da alfabetização?

3. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA PROVINHA BRASIL

Esta seção tem por objetivo esclarecer o que é letramento e alfabetização, bem como as concepções dos mesmos presentes na elaboração da Provinha Brasil.

Cabe ressaltarmos novamente o objetivo da aplicação da Provinha Brasil, que é o de diagnosticar o nível de alfabetização e letramento dos estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental. Neste sentido, será que a mesma consegue atingir esses objetos da maneira como é elaborada e aplicada a todas as escolas do país?

Para iniciarmos as discussões de como a Provinha abrange essas concepções, definiremos o que é letramento e alfabetização, para que, assim, possamos nos situar melhor em quais dessas concepções ela se enquadra.

Iniciaremos com o conceito de letramento definido por Soares (2010, p.10): “[...] letramento é pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.”

A mesma autora define alfabetização como:

[...] o termo alfabetização não ultrapassa o significado de 'levar à aquisição do alfabeto', ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 2007, p.11).

Ao analisarmos os conceitos de alfabetização e letramento, podemos afirmar que, do ponto de vista defendido por Soares, a Provinha Brasil abrange os dois aspectos em suas questões.

“Nesse instrumento de avaliação da alfabetização infantil, seriam avaliadas habilidades relativas à alfabetização e letramento inicial dos estudantes a partir da matriz referencial [...]” (TRINDADE et al, 2008, p.10).

Para entendermos melhor esse processo, buscamos um dos documentos do MEC, enviados às secretarias de educação dos municípios no ano de 2008, o qual apresenta os seguintes aspectos:

[...] alfabetização e letramento são processos a serem desenvolvidos de forma complementar e paralela, entendendo-se a alfabetização como o desenvolvimento da compreensão das regras de funcionamento do sistema de escrita alfabética e o letramento como as possibilidades de usos e funções sociais da linguagem escrita, isto é, processo de inserção e participação de sujeitos na cultura escrita. (BRASIL, 2008a, p.3).

Nesta definição, que constitui um dos documentos de aplicação da Provinha Brasil, fica muito clara a diferenciação feita entre os dois conceitos, o qual apresenta a alfabetização apenas como leitura e escrita, reconhecimento das palavras. Enquanto isso, ao letramento cabe o uso da leitura e escrita no cotidiano, a interpretação e compreensão do que se lê e se escreve, continuando na linha de pensamento do letramento de Soares (2008, p.1), que afirma: “[...] o letramento é um processo que se estende por toda a vida. E em todas as áreas de conhecimento e em todas as disciplinas aprendemos através de práticas de leitura e escrita [...]”.

Para a autora o significado de letramento é muito mais amplo que o da alfabetização, pois afirma que ele não se restringe às disciplinas de português e nas séries específicas que ocorre a alfabetização, afirmando ainda que os dois conceitos se complementam (SOARES, 2008).

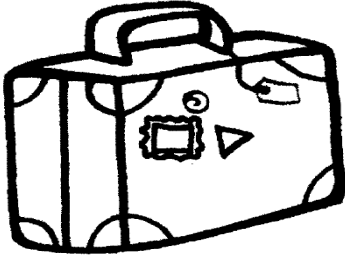
Neste contexto de elaboração e aplicação da Provinha Brasil, Correia (2012, p.8) afirma que: “[...] observamos que este teste segue uma linha linear: primeiro prioriza a identificação da letra, depois a sílaba, a palavra, a frase e, por fim, o texto, ou seja, segue o mesmo processo de método sintético de alfabetização.”

Como citado anteriormente por Correia, a Provinha Brasil segue a lógica de trabalho nas escolas: começa do mais fácil e gradativamente vai aumentando o seu nível de exigência no decorrer das questões. Essa afirmação fica visível abaixo em algumas questões da Provinha Brasil, aplicada no ano de 2013, de Português, teste 1.

PROVINHA
BRASIL 2013

LEITURA
CADERNO DO ALUNO
2013 • TESTE 1

Questão 1



☐ VALA

☐ MALA

☐ SALA

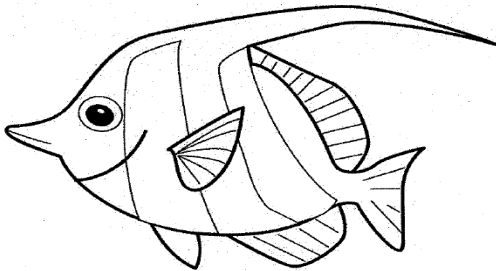
☐ BALA

(BRASIL, 2013c, p.3)

PROVINHA
BRASIL 2013

LEITURA
CADERNO DO ALUNO
2013 • TESTE 1

Questão 4




☐ D

☐ P

☐ B

☐ T

(BRASIL, 2013c, p.5)

PROVINHA BRASIL 2013  LETURA
CADERNO DO ALUNO
2013 • TESTE 1

Questão 13

Bolo de Chocolate

INGREDIENTES

½ LATA DE LEITE CONDENSADO
150 g DE FARINHA LÁCTEA
100 g DE CHOCOLATE EM PÓ

MODO DE PREPARO

MISTURE O CHOCOLATE COM O LEITE CONDENSADO
E DEPOIS COM A FARINHA LÁCTEA.
AMASSE COM AS MÃOS E ESPERE UM POUCO PARA A
MASSA ENDURECER.
PONHA NUMA FORMA. LEVE A FORMA À GELADEIRA.
DEPOIS DE GELADO É SÓ SABOREAR.

☐ DAR UM AVISO.


☐ DIVULGAR UMA NOTÍCIA.

☐ ENSINAR UMA RECEITA.

☐ FAZER UM CONVITE.

(BRASIL, 2013c, p.14)

A forma de distribuição das questões está de acordo com seu grau de dificuldade, vindo ao encontro com o modo de trabalho dos professores em sala de aula. Há questões que são muito simples, que as crianças precisam fazer pouco esforço para respondê-las. Um exemplo é a questão abaixo:



PROVINHA
BRASIL 2013

LEITURA
CADERNO DO ALUNO
2013 • TESTE 1

Questão 6

CABELO

☐ CABANA

☐ cabelo

☐ Camelo

☐ Cavalo

(BRASIL, 2013c, p.7)

Ao analisarmos a mesma, podemos verificar que não exige nenhum grau de alfabetização para realizá-la, pois o estudante terá apenas que comparar a palavra do enunciado e assinalar a alternativa cujas letras são iguais, ou seja, que forme a mesma palavra.

Ao analisarmos a Provinha Brasil, podemos encontrar várias questões neste nível que apenas solicitam ao estudante a capacidade de comparação, e não de alfabetização e letramento.

Outro fator importante é o tempo que os estudantes têm para realizarem as 20 questões do teste. Para Correia (2008), o estudante não terá o tempo necessário para fazer uso de todas as estratégias necessárias para compreender o que está escrito, especialmente nos textos que algumas questões abrangem, além do fator da compreensão, um fator que é o de estar realizando uma prova, fato este que deixa muitos alunos nervosos.

Enfim, podemos constatar que a forma de aplicação da Provinha Brasil tem como

aspecto positivo a forma como as questões são distribuídas, o nível de exigência semelhante às aulas. Já seu maior aspecto negativo passa a ser o tempo de realização da mesma, sem deixar de esquecer que os alunos são sujeitos à realização de um teste.

3.1 Alfabetização engloba o conceito de letramento?

O campo da educação, muitas vezes, é feito de modismo: ouve-se falar de uma palavra nova na área e os professores a colocam em prática imediatamente. Na maioria das vezes, não sabem o que significa, não buscam estudar sobre o que se trata, mas ouviu falar que em escola X fulano está fazendo e está dando certo, gerando, assim, muitas mudanças em nossa educação, oscilações de vocabulário, pois a prática não muda, está enraizada em nossas escolas.

Na verdade existe no campo da alfabetização uma grande disputa nos discursos pela legitimidade dos termos a serem usados, o que seria melhor para que os estudantes aprendessem a ler e a escrever. Neste contexto de legitimidade, verdades, Bittencourt (2007, p. 25) aborda que:

o que são 'verdades'? Será que tentar defini-las não seria uma pretensão de instituí-las? Instituir 'verdades' e colocá-las em circulação é algo recorrente em muitas áreas de conhecimento. No campo da alfabetização, também existem 'verdades' que são veiculadas pelos sujeitos e pelos artefatos culturais com o objetivo de representar aquilo que de melhor existe e que deve ser seguido para que se ensine ler e escrever 'com sucesso'. Estas 'verdades' estão direcionadas principalmente para a questão da busca e disputa de legitimidade em relação ao método de alfabetização que seria o mais eficiente para alfabetizar todas as crianças.

Se formos analisarmos o cenário da educação, verificamos que há sempre uma disputa de discursos, de legitimidade entre os conceitos, palavras já existentes há muito tempo, ou seja, as mais novas têm o intuito de eliminar as antigas.

Algumas vezes os professores ficam perdidos na introdução da nova palavra, metodologia e perdem o foco do processo de aprendizagem, gerando, assim, muitas desconfianças em relação à escola. Sendo assim, torna-se, muitas vezes, um local onde todos podem opinar, sem ao menos conhecer como funciona o sistema escolar.

As palavras, os conceitos se fragilizam com muita facilidade e passa a ser bom apenas o que é novo e o que ainda se desconhece. Essa é uma das principais características da

sociedade em que vivemos, que é baseada no consumismo, no aligeiramento, fast-food, na globalização, em que considera bom apenas o que é novo e desconhecido, sendo que o mesmo tem prazo de validade. Colocamos o novo “em ação” sem termos conhecimentos do que se trata e como funciona.

Podemos aproximar este acontecido com o caso da alfabetização, que está perdendo espaço por uma nova palavra, o letramento, sendo que este está contido no conceito de alfabetização.

Neste contexto, Gadotti (2008, p.1) afirma que:

O uso do termo 'letramento' como alfabetização é uma forma de contrapor-se ideologicamente à nossa alfabetização à 'lecto-escritura', como se diz em espanhol. A alfabetização não pode ser reduzida a uma tecnologia ou técnica de leitura e de escrita. Ser uma pessoa letrada não significa ser alfabetizada, no sentido que Paulo Freire dava ao termo. O termo 'alfabetização' não perdeu sua força significativa diante da emergência dos novos usos da língua escrita, como argumentam alguns. Nem o termo inglês literacy (letramento) traduz melhor as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Já estão adotando o termo 'letramento digital'. Daqui a pouco, deveremos nos referir às alfabetizadoras como letramentadoras? Além do equívoco conceitual, sonoramente seria uma lástima!

Como podemos verificar, para o autor, o uso da palavra letramento não significou nada a mais que apenas o acréscimo de mais uma palavra no meio da educação. Letramento tem significado inferior para o autor, pois afirma ele que seria um descaso chamar uma alfabetizadora de letramentadora, soaria muito mal, sem contar que parece um termo pejorativo.

A mesma linha de pensamento, Ferreira (2008, p.1) afirma que:

Há algum tempo, descobriram no Brasil que se podia usar a expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica.

Em sua fala, a autora também aborda a questão do “modismo” de palavras no Brasil. Ela deixa bem claro que o uso do termo letramento na educação com certeza é um grande retrocesso no âmbito da alfabetização.

Além de criticar o termo letramento, a autora afirma que, muitas vezes, os professores veem os estudantes com: “[...] uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzirmos a um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para

marcar e um aparelho fonados que emite sons [...]” (FERREIRO, 2011, p. 41).

Na verdade muitos professores refletem em suas práticas um forte autoritarismo e, nas suas concepções, são os únicos que sabem as coisas, cabendo aos alunos apenas ouvir e fazer o que é solicitado, sem nenhum questionamento sobre o porquê e para que estão tendo que fazer determinadas coisas, dificultando ainda mais pra que o processo de alfabetização se concretize.

Não podemos reduzir o termo de alfabetização e menosprezá-lo sem sequer saber ao certo qual a sua real abrangência em nosso contexto escolar. O pior é ir atrás de “modismos”, palavras novas sem sabermos qual é o seu real significado, acreditando que ela possa ter um significado maior do que as que já existem em nossas escolas.

Podemos verificar nos documentos de regulação da Provinha Brasil que também são usados os termos de alfabetização e letramento, dividindo as questões entre os dois conceitos, o que deixa claro o desconhecimento ou a aderência à modismo na elaboração da avaliação.

4.ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A PROVINHA BRASIL DOS PROFESSORES DO ENSINO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS

Neste capítulo será realizada a análise e reflexão das respostas concedidas nas entrevistas realizadas com os professores do segundo ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais do município de Erechim/RS. O objetivo foi verificar qual é a opinião dos mesmos sobre a aplicação da Provinha Brasil e se esta está tendo algum reflexo no currículo das escolas.

Para preservar a identidade dos professores envolvidos na pesquisa, os mesmos receberão nomeação fictícia, utilizando, assim, os seguintes números: Professora 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, este capítulo será dividido nos seguintes tópicos: Provinha Brasil, seus objetivos em torno da visão dos professores do ensino estadual do município de Erechim/RS; Provinha Brasil e suas possíveis mudanças curriculares na concepção de alguns professores.

4.1 Provinha Brasil: seus objetivos em torno da visão dos professores do ensino estadual do município de Erechim/RS

O tema norteador dessa subseção é a discussão sobre as concepções que os professores têm em relação à definição do que seja a Provinha Brasil, dos seus objetivos traçados pelo MEC, bem como se a aplicação da mesma está causando alguma mudança nos currículos das escolas.

Ao analisar como essas profissionais definem a avaliação e quais são seus objetivos, conclui-se que a grande maioria tem opiniões parecidas, ou seja, sete dos nove entrevistados, variando apenas as palavras usadas para defini-los, continuam com o mesmo sentido. Exemplo disso pode ser observado nos trechos abaixo apresentados:

É um instrumento de avaliação elaborado para auxiliar os professores e gestores a melhorarem os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos. Objetivos: auxiliar os professores a melhorar os níveis de alfabetização; construir um instrumento pedagógico, sem fins classificatórios, contribuir para o aperfeiçoamento e reorientação das práticas pedagógicas. (Professora 1)

É uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. A aplicação em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso, que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças. Os objetivos são avaliar o nível da alfabetização dos alunos diagnosticar possíveis insuficiências e habilidades de leitura e escrita. (Professora 7)

É uma avaliação da etapa de alfabetização, a nível nacional. Diagnosticar as dificuldades cognitivas dos estudantes no nível de alfabetização. (É uma avaliação da etapa de alfabetização, a nível nacional. Diagnosticar as dificuldades cognitivas dos estudantes no nível de alfabetização. (Professora 2)

As respostas dos professores aos questionários expressam que todos têm o conhecimento do que é a Provinha Brasil. Alguns conceitos se assemelham com os encontrados no site do Ministério da Educação (MEC), tornando-os algo reproduzido apenas. Percebe-se que os mesmos têm a consciência e o conhecimento que a Provinha Brasil tem o objetivo de diagnosticar o nível de aprendizagem dos estudantes, para que, assim, possam melhorar e orientar sua prática pedagógica, ou seja, auxiliar na criação de novas estratégias de ensino, para chegar ao final do ano com os estudantes alfabetizados.

Outro aspecto importante citado na resposta da Professora 7 é o modo de sua aplicação, que ocorre em dois períodos do ano letivo, uma no início e outra no final, possibilitando um melhor diagnóstico da aprendizagem dos estudantes.

Através da leitura dos questionários, percebe-se que seis dos professores entrevistados afirmam que a aplicação da Provinha Brasil está causando mudanças em suas práticas pedagógicas. Neste sentido, a Professora 1 afirma que:

Sim. Nos ajuda desenvolver mecanismos que nos ajudam a controlar, com autonomia, os processos de trabalho, trazendo benefícios a todos os envolvidos no processo educativo, sistematizando as dificuldades dos alunos, possibilitando ao professor a reorientação do que ensinar e de como ensinar.

Vindo ao encontro da afirmação da Professora 1, Cruz e Lauschner (2012, p.14) afirmam que:

Considerando as contribuições que a avaliação pode trazer para a organização do trabalho docente, vale repetir que os professores e gestores, com base nos resultados da avaliação, devem refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola. O objetivo de tal reflexão é o de redefinir o planejamento de ensino e aprendizagem, modificando, especificando e aprimorando. Isso significa ponderar que os resultados da Provinha Brasil podem redimensionar objetivos e metas do trabalho pedagógico que será desenvolvido nos anos iniciais do Ensino fundamental.

Se os professores e gestores souberem fazer bom uso da análise da Provinha Brasil, ela poderá se tornar uma forte aliada no processo de melhoramento da educação. O ideal seria

que fossem considerados os erros e acertos na análise da avaliação, ou seja, a realização de uma reflexão a partir da análise de todas as questões e respostas de cada estudante. E o mais importante é que ela seja mais um instrumento entre muitos usados pelos professores, e não o único no decorrer do ano letivo.

Contrapondo Cruz e Lauschner, Esteban (2009, p.49) afirma que: “[...] se espera a ação dos professores e gestores para o desenvolvimento de atividades em decorrência do diagnóstico realizado, no qual não tem a menor interferência [...]”. A autora afirma que este suposto diagnóstico realizado pela avaliação não tem nenhuma implicação no cotidiano escolar, pois ele é realizado de forma mecanizada por ambas as partes.

Já, ao analisarmos a afirmação da professora 2, podemos perceber que a mesma vê que a Provinha Brasil vem para regulamentar seu trabalho, ou seja, dar uma sequência no que será e como será trabalhado durante o ano letivo. Esta professora afirma que essa orientação é positiva, pois ajuda a organizar o seu trabalho cotidiano.

Contrapondo as afirmações dos professores citados anteriormente, de que a Provinha Brasil é positiva para a educação brasileira, Arroyo (2008, p.1) afirma que:

os efeitos das provas e provinhas Brasil são inseparáveis do uso que fazem delas, o MEC, a mídia e as secretarias de educação. É ingênuo pensar que os resultados servirão apenas para melhor diagnosticar e intervir nos processos de aprendizagem. Estão servindo para classificar e segregar. O que é inerente às justificativas: avaliar desempenhos, domínios, sucesso, proficiências, índices. Há uma intenção política: confrontar coletivos para melhorar a qualidade.

Para o autor, qualquer tipo de avaliação nacional, mesmo com o intuito de diagnosticar, estará gerando índices, nota e, sucessivamente, a classificação dos estudantes entre os que aprendem e os que não aprendem, entre escolas que ensinam e que não ensinam.

Por sua vez, a Professora 6 afirma que, em virtude da Provinha Brasil, *muitas atividades de sala de aula são realizadas tendo em vista tal avaliação, e após a realização desta, outras são realizadas na busca de sanar as deficiências apresentadas pelos alunos*. Vindo ao encontro da afirmação da Professora 6, outra que pensa parecido é Professora 5, que aborda as mudanças na seguinte afirmação: *sim. Porque o seu formato é diferente do formato avaliativo em sala de aula o professor teve que adequar ao formato da provinha brasil*.

Ao analisarmos as respostas destas duas professoras, podemos verificar que elas afirmam que a aplicação da Provinha Brasil está causando mudanças nas suas aulas, mais precisamente em atividades aplicadas diariamente, ou seja, elas preparam os estudantes para a realização da avaliação em larga escala.

Torna-se pertinente sobre este aspecto de ensinar para a prova uma afirmação de Bonamie e Sousa (2012, p. 383): “[...] situação conhecida como ensinar para o teste, que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter cognitivo”.

Os professores acabam medindo esforços apenas em preparar os estudantes para a avaliação, esquecendo-se do restante do currículo, dos conteúdos para o segundo ano do Ensino Fundamental. Apenas é importante o que a prova vai cobrar. Diante desse fato de esvaziamento curricular, Bonamie e Souza (2012, p. 383) complementam que:

[...] o problema decorre do fato de os currículos escolares possuírem múltiplos objetivos, ao passo que as medidas de resultados utilizados pelas avaliações em larga escala tipicamente visam os objetivos cognitivos relacionados à leitura e à matemática. Essa não é exatamente uma limitação das avaliações, mas demanda atenção para riscos relativos ao estreitamento do currículo, os quais podem acontecer quando há uma interpretação distorcida do significado pedagógico dos resultados da avaliação.

Na contramão dessas afirmações dos professores citados anteriormente, umas das professoras, a 3, respondeu o seguinte: *Felizmente nossa escola possui uma prática pedagógica própria, constituída e revisada com periodicidade, bem alinhada com os PCNS. Portanto não há necessidade de fazer-se mudanças.*

Esta professora afirma que a Provinha Brasil não causa nenhuma mudança no seu contexto escolar. Ao analisarmos a resposta dessa professora, podemos verificar um desconhecimento pedagógico dessa profissional, pois como afirmar que não modifica nada se as questões abordadas nesta avaliação de múltipla escolha dificilmente são realizadas nas turmas de segundo ano?

Outro fato que temos que ressaltar é que a aplicação da avaliação por si só modifica a prática em sala de aula, o clima. Então, para que realizar uma avaliação se é para “não mudar nada”? Apenas dinheiro público desperdiçado, será apenas mais uma tarefa como tantas outras que são realizadas durante o ano letivo?

Ao longo dessa subseção, foi possível constatar que os professores têm a consciência do que é e para que serve a Provinha Brasil, bem como as mudanças que ela está ocasionando em suas turmas, nas suas práticas pedagógicas, estando eles a ver a mudança como algo positivo. Em nenhum instante, surgiu a inquietação de que a avaliação nacional tem o intuito de uniformizar o ensino do país.

4.2 Provinha Brasil e suas possíveis mudanças curriculares na concepção de alguns professores

Esta subseção tem como tema principal o currículo, abordando os aspectos da Provinha Brasil que são levados em consideração em sua reformulação. Outro aspecto fundamental é discutir se existe alguma mudança na organização dos conteúdos devido à aplicação da avaliação nos segundos anos do Ensino Fundamental, bem como problematizar se a aplicação desta vem proporcionando algum benefício para a educação.

Ao analisarmos as respostas dos professores sobre o primeiro questionamento, podemos verificar que oito dos nove entrevistados afirmaram que a Provinha Brasil influencia no momento de pensarem, reelaborarem o currículo escolar. Este aspecto ficou nítido na fala da Professora 6: *Sim. Na elaboração e reformulação do currículo são levados em consideração as competências e as habilidades cobradas na provinha brasil, servindo de base tanto para a construção do planejamento pedagógico, quanto para o desenvolvimento das práticas docentes.*

Através da afirmação desta professora, ficou claro que a Provinha Brasil é sim levada em consideração no momento de modificação e melhoramento do currículo, transparecendo que estes professores preocupam-se com a nota obtida nesta avaliação, realizada em âmbito nacional.

Em relação ao uso das habilidades exigidas na realização da Provinha Brasil, Dias (2012, p.9) afirma que:

[...] entendemos que os níveis da Provinha Brasil são apenas indicadores das habilidades avaliadas que precisam se integrar os demais objetivos traçados pelo sistema educacional, pela escola e pelos professores com vistas a alfabetização dos alunos. Portanto, estes níveis não podem ser tomados como critérios de excelência e 'padrões mínimos' a serem alcançados.

Na verdade nossas escolas estão muito preocupadas em trabalhar o que as avaliações externas vão cobrar, esquecendo que a Provinha Brasil é apenas um complemento. Podemos verificar nas respostas obtidas que realmente a avaliação não é usada apenas como um complemento, passa a ser um norte no processo de alfabetização.

Também neste contexto, a Professora 5 afirma que: *Sim. Na forma de transformação dos conteúdos mais adequados relacionados com a prova. (Formulação).* Neste caso, também existe uma preocupação na equipe da escola em atingir os objetivos dessa avaliação, fazendo

com que o currículo seja moldado para a obtenção de bons resultados na Provinha Brasil.

Com as afirmações anteriores das professoras, podemos confirmar o que foi discutido no segundo capítulo desta monografia sobre a implantação de um currículo padrão nacional. As professoras não demonstram consciência, em suas falas, sobre essa padronização, mas afirmam que o currículo é pensado em torno da Provinha Brasil.

Novamente a Professora 3 discorda das outras profissionais da rede estadual, afirmando que: *Não levamos em consideração as questões da provinha brasil, mas, principalmente o contexto em que nossos alunos estão inseridos e suas dificuldades individuais e coletivas.*

Esta profissional deixa bem claro que só realiza esta avaliação porque são obrigados. Não a usam e não tem nenhuma interferência em sua escola e em sua prática pedagógica. Será que isso é possível? Pois, só pelo fato de aplicar uma avaliação externa já está modificando a prática diária do professor e dos estudantes, é algo novo, que vem de fora, diferente do que é tido cotidianamente na sala de aula.

Na linha de pensamento da mudança curricular, surge um questionamento sobre os conteúdos escolares. Será que os professores o modificam de acordo com o que é cobrado na Provinha Brasil? Partindo então do pressuposto da seleção de conteúdo, nesta questão tivemos opiniões mais diferenciadas.

Tivemos quatro professores afirmando que a Provinha Brasil é tida como um guia para seleção e sequência dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo. Nessa perspectiva, a Professora 6 afirma que: *sim. Todo o planejamento pedagógico e as práticas docentes ficam voltadas para tal avaliação. A prova é baseada em conteúdos que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo. Muitas vezes antecipo o trabalho com algumas competências (habilidade tendo em vista a data de realização da prova).* Neste mesmo contexto, a Professora 1 nos coloca também que a Provinha Brasil interfere *sim, pois através das questões da Provinha Brasil o professor tem condições de trabalhar e aprofundar tais conteúdos.*

Essas profissionais e escolas usam a Provinha Brasil como uma espécie de guia, pois, no momento de decidirem o que, em que momento e como vão trabalhar, as mesmas voltam sua atenção à realização da avaliação: selecionam e aplicam os conteúdos com o objetivo de seus estudantes atingirem um desempenho satisfatório. Indo ao encontro das afirmações das professoras 6 e 1, Schneider (2011, p.291) afirma que:

[...] a avaliação influencia o trabalho pedagógico da escola promovendo mudanças na prática docente e na gestão. As mudanças concentram-se especialmente no planejamento de conteúdos, no empenho para lograr melhores resultados em avaliações futuras e na organização didática dos professores, em sua sala de aula.

Tanto nas afirmações das professoras quanto na da autora nos deparamos com a questão de preparar os estudantes para obterem melhores resultados na Provinha Brasil.

Aparecendo na contramão das afirmações de suas colegas de sistema, as Professoras 2 e 7 afirmam em suas respostas que nas suas escolas a Provinha Brasil é usada apenas como um instrumento para enriquecer, auxiliar a escolha dos conteúdos a serem desenvolvidos: *de uma certa forma sim, porém, eu considero a provinha um auxílio para o professor e não um norteador de conteúdos. Trabalho em meio as atividades e principalmente como fortalecimento cognitivo.*

Fazendo o uso de frases diferenciadas, mas semelhantes, podemos verificar em um trecho de sua resposta relação entre a seleção de conteúdos e o que será cobrado na avaliação. Apesar de inicialmente quererem mascarar a situação, talvez inconscientemente, logo afirmam a influência da Provinha Brasil em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos.

Já a Professora 6 continua com o conceito inicial sobre o uso da Provinha Brasil como um instrumento para auxiliar os professores de forma positiva em sala de aula e na seleção do que trabalhar. Neste sentido, ela afirma em sua resposta que: *a provinha brasil é um instrumento que somado os conteúdos já utilizados em sala de aula, permite uma compreensão mais ampla do processo de alfabetização.*

Para finalizar as entrevistas, perguntamos aos professores sobre a aplicação da Provinha Brasil, questionando se ela proporciona algum benefício na escola onde o entrevistado trabalha. Verificamos que todos os professores que responderam essa pergunta afirmaram que a aplicação da Provinha Brasil traz sim benefícios para a escola. Em geral, a partir dos dados analisados, é possível que a Provinha Brasil seja vista, em muitas das escolas da rede estadual do município de Erechim, como algo bom, que veio para melhor a educação, a sua qualidade.

Nosso sistema de ensino estadual ainda tem professores que necessitam de um modo de fazer, nas suas aulas, também em virtude da sua frágil formação. Eles veem a Provinha Brasil como uma forte aliada para decidirem o que e como desenvolver os conteúdos durante o ano letivo. Podemos ver estes aspectos de forma muito clara na fala da Professora 8: *para termos noção do que realmente deve ser trabalhado até o 2º ano, que habilidades devem ser desenvolvidas, que tipo de textos devem ser trabalhados, que conhecimentos básicos o aluno*

necessita ter.

Os professores entrevistados da rede estadual do município de Erechim/RS afirmam que necessitam se basear em uma avaliação nacional para saberem que tipos de textos devem ser abordados na escola, o que os estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental necessitam saber no final do ano letivo.

A professora 7 é uma das únicas que lembrou dos objetivos da criação da Provinha Brasil, pois ela nos colocou que: *para que os resultados da provinha brasil surtam efeito imediato é preciso usá-lo para reforçar o ensino. É um instrumento de gestão extremamente necessário para a melhoria da qualidade de ensino. Diminui as diferenças regionais existentes no meio. Aproxima os currículos.*

Na sua resposta a professora ressalta a possibilidade de uma cultura única, a enxerga como algo bom e positivo, que vem para beneficiar, melhorar a qualidade da educação brasileira. Contrapondo as concepções desta professora, Arroyo (2008, p.1) afirma que:

as provas Brasil submetem os desiguais a medidas iguais e a classificação que os segregam como desiguais, na contramão dos movimentos sociais e da afirmação de identidades e direitos coletivos. Na contramão da ação de tantos educadores (as) que vêm articulando processos de aprendizagem e diversidade de processos de socialização, de contextos de vida, de cultura. Tantos ganhos perdidos?

Esse tipo de avaliação vem desconstruir, desvalorizar todas as lutas, movimentos que existiram na educação para com o reconhecimento das pessoas serem reconhecidas “diferentes” e terem suas peculiaridades no processo de ensino-aprendizagem.

Se distanciando ainda mais, uma das professoras respondeu o seguinte: *proporciona melhoria na qualidade de ensino e consequentemente melhores resultados do IDEB.* (Professora 6). Em relação a essa afirmação, não podemos deixar de destacar que existem divergências sobre o que propõe o MEC:

os resultados da Provinha Brasil não são utilizados diretamente na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O desejável é que ela seja utilizada com o intuito de orientar as ações políticas e pedagógicas que poderão, em conjunto com outras iniciativas, melhorar as práticas pedagógicas e, consequentemente, o IDEB de estados e municípios a médio e longo prazo (BRASIL, 2010).

A Provinha Brasil deve ser usada, segundo o MEC, apenas como um instrumento para auxiliar na alfabetização e letramento dos estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental, ou seja, diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos.

Ao mesmo tempo, a Provinha causa uma padronização do ensino brasileiro. E isso pareceu evidente no relato das professoras da rede estadual do município de Erechim/RS. Elas afirmaram que, no momento de reelaborar o currículo e selecionar os conteúdos, elas mantêm uma preocupação sobre o que será cobrado na avaliação nacional, o que não necessariamente corresponde a uma maior preocupação com o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Através da análise das respostas de alguns professores, podemos constatar que a maioria deles têm a consciência e a noção que a Provinha Brasil está causando mudanças na maneira de organizar os conteúdos, no material que está sendo usado em sala de aula. Todos a veem como positivo em suas escolas, a usam como um guia, ou seja, preparam os estudantes para terem um bom desempenho.

Em nenhuma resposta tivemos resquícios que esta foi criada para padronizar o ensino, implantar um currículo único em nosso país. Tivemos sim uma afirmação que essa aproximação de culturas é benéfica. No entanto, será que isso pode trazer algum benefício para a nossa educação? Ou simplesmente estaremos novamente negando a heterogeneidade de nossos estudantes e nossas escolas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita dessa monografia foi bem desafiadora, pois me levou a realizar uma breve pesquisa de campo, exigindo de mim o contato com várias escolas e professores da rede estadual do município de Erechim/RS. Além disso, me deparei com um forte obstáculo na realização das entrevistas semiestruturadas: poucos professores se disponibilizaram em respondê-las.

Nos capítulos teóricos, tivemos a clareza das mudanças que a aplicação de uma avaliação externa causa no ensino do país. No decorrer do texto ficou claro que a implantação da Provinha Brasil tem implicitamente o objetivo de padronizar todo o ensino brasileiro, tanto nos aspectos conteudistas como nos culturais.

Uma consequência da aplicação da Provinha Brasil é a implementação de um currículo único, nacional em nosso país. As avaliações externas vieram com o intuito de padronizar todo nosso ensino, ignorando as peculiaridades de cada região, sua cultura, costumes e os conhecimentos que os estudantes possuem quando começam a frequentar a escola.

Na maioria das vezes, os professores ficam engessados em preparar os estudantes para obter resultados positivos nas avaliações, pois estas refletem na quantidade de verbas que a escola receberá. Quanto maior for a nota, maior será o valor da verba recebida, podendo melhorar cada vez mais as condições de ensino da escola e tornando mais precários os locais que obtiveram notas indesejáveis.

Outro aspecto importante é a questão do modismo existente em nossa sociedade, pois se acredita que, ao introduzirmos uma nova palavra ao vocabulário, serão resolvidos todos os problemas existentes sobre a situação. Um exemplo muito claro disso é o uso da palavra letramento, que passou a ser usada como um conceito melhor do que o da alfabetização, que é muito mais amplo. Podemos constatar esses aspectos na aplicação da Provinha Brasil, que é o de constatar o nível de alfabetização e letramento dos estudantes.

Na análise das entrevistas, pode-se concluir que as professoras têm conhecimento dos objetivos da aplicação da Provinha Brasil, mas pareceu muito mecânica a forma que elas abordaram.

No restante das questões das entrevistas, deu a entender que os professores nunca pararam para refletir sobre os impactos dessa avaliação externa em sua escola, em sua prática escolar, ou seja, nos currículos das escolas. Em suas respostas, a maioria afirmou que leva em

consideração os conteúdos que serão analisados, cobrados por essa avaliação.

As respostas obtidas pelos professores me fizeram refletir e questionar ainda mais os objetivos traçados pelo MEC, o de diagnosticar a aprendizagem dos estudantes. Esse objetivo parece tão distante nas respostas dos professores, pois em nenhum momento elas citaram usar os resultados da avaliação para melhorar o ensino, apenas colocaram o fator de selecionar os conteúdos de acordo com o que será cobrado na Provinha.

Acontece uma espécie de treinamento dos estudantes dias antes da realização da avaliação. Neste contexto, podemos perceber que está ocorrendo tudo menos o diagnóstico da aprendizagem. Além disso, ainda existe outra possibilidade: se o estudante não souber a respostas, ele poderá “chutar, palpar” em uma das alternativas disponíveis na questão.

O diagnóstico se dá por meio do número de acertos dos estudantes. No entanto, seria importante que os professores trabalhassem também a partir das questões erradas, pois, assim, conseguiriam sanar as dificuldades apresentadas pelos estudantes, pois o erro significa a não aprendizagem do conteúdo.

Nas respostas dos professores, ficou muito claro que eles levam em consideração a avaliação na hora da reelaboração do currículo escolar, organizam seus conteúdos de acordo com o que será cobrado na realização da Provinha Brasil. Dessa forma, foi possível perceber que a avaliação modifica sim o currículo e a forma de ensinar dos professores entrevistados.

O ensino brasileiro está baseado, estruturado, na atualidade, em conseguir atingir médias melhores em todas as avaliações de larga escala, ou seja, está se criando um ensino universal em nosso país.

Vemos uma crescente divulgação por parte da mídia dos resultados, notas isoladas obtidas na educação brasileira, as quais dão ênfase às notas positivas, esquecendo do principal aspecto, se os estudante que proporcionaram essa média realmente aprenderam.

Vivemos em um país onde se preocupa apenas com os acertos dos estudantes nas escolas, os erros são ignorados pelos professores, não recebem nenhum valor, sendo que deveria ser ao contrário, pois o erro demonstra o que ainda não foi aprendido, o que o professor precisa trabalhar mais.

Nossa educação é movida por modismos, ou seja, acredita-se apenas que o que é novo é bom. Cria-se as políticas educacionais pensando no enquadramento do ensino, da educação, tirando cada dia mais a autonomia das escolas e dos professores.

REFERÊNCIAS

AMANTEA, A. et al. Propostas curriculares na Argentina: as tradições disciplinares, da Didática Geral e das Didáticas Especiais. In: LOPES; A. C.; MACEDO, E. (org). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

ARROYO, M.. **Reflexões sobre a Provinha Brasil**. *Jornal letra A: o jornal do alfabetizador*. Belo Horizonte, junho/julho de 2008, ano 4, edição especial. Disponível em: <http://http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/JLA/2008_JLAesp.pdf> Acesso em: 02 mai. 2013.

BITTENCOURT, Z. A.. **A aquisição da leitura e da escrita e a recepção de textos televisivos: um diálogo entre práticas culturais** [manuscrito]. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em : <http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/dissertac_aquisicaoaleitura.pdf> Acesso em: 10 mai. 2013.

BONAMIO, A.; SOUSA, S. Z.. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.2, p. 373-388, abr. e Jun. 2012. Disponível em: <http://> FONTE Acesso em: 29 abr. 2013.

BRASIL. **Avaliação Externa**. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caeduff.net>> Acesso em : 12out.2012.

BRASIL. **Provinha Brasil**. Disponível em:<<http://www.portal.mec.gov.br>> Acesso em: 12 out.2012

BRASIL. **Provinha Brasil: caderno do aluno. Teste1. Leitura e escrita**. 2013. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>> Acesso em: 8 jun. 2013.

CORAZZA, S. M.. Governamentalidade moral do currículo nacional. In _____ .**O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CORREIA, J. R.. **Provinha Brasil uma análise da concepção de leitura**. 2012. Disponível em:<<http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalho/GT10Trabalhos/Gt-10-2551-int.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2013.

CRUZ, R. C. da; LAUSCHNER, J.. Provinha Brasil o que é? Por quê? Para que? **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v.3, n.1, p.7-14, jan./jun. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (col.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, E. T. G. **Provinha Brasil: contribuições à organização do trabalho pedagógico escola. XVI ENDIPE – Encontro Nacional da Didática e Práticas de Ensino**. Campinas: 2012. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endipe/2052c.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2013.

ESTEBAN, M. T.. **Provinha Brasil**. Reeditando a velha confusão entre avaliação e exame. 2008. Disponível em< holar.google.com.br/scholar?q=provinha+brasil+&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0> Acesso em: 12 jan.2013

_____. **Provinha Brasil desempenho escolar e discursos normativos sobre infância. Revista de Ciências da Educação Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa**. 2009. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=47>> Acesso em: 30 mar. 2013.

FERREIRO, E.. **Reflexões sobre alfabetização**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Alfabetização e cultura escrita**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicoeduc/piaget/emilia-ferreiro-alfabetizacao-e-cultura-escrita/>> Acesso em: 25 mai. 2013.

FROHLICH, R.. **Avaliações externas: políticas de controle e governo dos sujeitos**. 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/190/139>> Acesso em: 7 out.2012.

GADOTTI, M.. **Alfabetização e letramento: como negar essa história**. Disponível em: <<http://www.hmconcursos.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/05/GADOTTI-ALFABETIZA%C3%830-E-LETRAMENTO-COMO-NEGAR-ESSA-HIST%C3%93RIA.PD>>. Acesso em: 13 abr. 2013

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. 3reimp. São Paulo:Atlas, 2003.

GRISPINO, I. S.. **No vestibular, só português e matemática!** 2013. Disponível em: <http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1271> Acesso em: 31 mai. 2013.

GOODSON, I. F..**Currículo: teoria e história**. Tradução Attilio Brunetta; revisão tradução

Hamilton Francischetti. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, J. C.. Sistemas de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES; A. C.; MACEDO, E. (org). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, A. C.. Quem defende os PCN para o Ensino Médio? In: LOPES; A. C.; MACEDO, E. (org). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MAIA, M.. **Impactos da Provinha Brasil na reorganização das práticas de alfabetização das escolas públicas do país**. 2012. Disponível em: <[http:// www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/.../COLE_4209.pdf](http://www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/.../COLE_4209.pdf)> Acesso em: 07 out. 2012.

MAGDA, S.. **Letramento**. 2008. Disponível em : <<http://catiacaixeta.blogspot.com.br/2008/11/letramento-letramento-segundo-magda.html>> Acesso em: 15 mai. 2013.

MELLO, D. T.. **Provinha Brasil (“Ou provinha de leitura”?)**: mais “uma avaliação sob medida” do processo de alfabetização e “letramento inicial”? 2012. Disponível em: < [http:// http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61756/000866061.pdf?sequence=1](http://http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61756/000866061.pdf?sequence=1)> Acesso em: 12 mar. 2013.

MOREIRA, A. F.. Neoliberalismo, currículo nacional e avaliação. In: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de (org.). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M.. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2012.

PACHECO, J. A.. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

PERRENOUD, P.. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! Traduzido: Neide Luiza de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p.9-27, julho/2003.

SACRISTÁN, J. G.. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução: Ernani F. Da F. Da

Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizada. In: GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (org). Traduzido por: Silvana Cobucci Leite; Beth Honorato; Dinal de Abreu Azevedo. **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHNEIDER, M. P.. Avaliação Provinha Brasil: tendências e perspectivas na alfabetização dos anos iniciais. **Educativa**, Goiânia, v.14, n.2,Jul./dez, 2011. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewFile/1965/1228>> Acesso em: 15 Jun. 2013.

SOUSA, S. M. Z. L.. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p. 175-190, julho/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a09.pdf>> Acesso em: 19 mar.2013.

TRINDADE, I. M. F. et al. **A alfabetização no Ensino Fundamental de nove anos: breves recortes da análise**. 2008. Disponível em: <http://http://www.ufrgs.br/comexedu/arquivos/iole_et_al.pdf> Acesso em: 13 mar. 2013.

VIEIRA, I. da S.; PIZZI, L. C. V.. **Avaliação educacional como dispositivo de controle curricular: a Prova Brasil**.2009. Disponível em: <<http://dmd2.webfational.com/media/anais/AVALIACAO-EDUCACIONAL-COMO-DISPOSITIVO-DE-CONTROLE-CURRICULAR-A-PROVA-BRASIL.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2013.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM/RS
ESPECIALIAZAÇÃO EM PROCESSOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, ciente de minha participação nesta pesquisa sobre a Provinha Brasil e suas implicações no currículo dos segundos anos das escolas Estaduais de Erechim/RS, autorizo a utilização de minhas respostas, bem como a posterior análise destas, em possíveis publicações e divulgações científicas, desde que minha identidade seja preservada.

Erechim, ____/____/____

E-mail e/ou telefone do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Pesquisadora: *Neiva Maria Buchkoski*
Contato pelo e-mail: *neivambc@hotmail.com*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM/RS
ESPECIALIZAÇÃO EM PROCESSOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este questionário faz parte de uma pesquisa de campo, cujo objetivo é investigar Provinha Brasil e suas implicações no currículo dos segundos anos das escolas estaduais do município de Erechim/RS.

Para tanto, solicito a sua colaboração e me coloco à disposição para qualquer dúvida pelo e-mail: *neivambc@hotmail.com* e pelo telefone: (54) 9973-9679.

Desde já, agradeço sua participação.

▲ Responda as seguintes questões:

1. O que é a Provinha Brasil? E quais são seus objetivos?
2. A aplicação da Provinha Brasil está causando alguma mudança na sua prática pedagógica? Qual?
3. No momento em que se fala em currículo, sua elaboração, reformulação, em sua escola são levados em consideração aspectos que a Provinha Brasil aborda? De que forma?
4. A aplicação da Provinha Brasil influencia a sequência de conteúdos que será trabalhada no decorrer do ano letivo? Como?
5. A aplicação da Provinha Brasil proporciona algum benefício pra a sua escola? Cite alguns.